



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Sumário

LEI Nº 6388, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025 - ESTABELECE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O PERÍODO 2026 A 2029 E DEFINE AS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2026.	3
LEI Nº 6392, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025 - INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA O “MÊS DA PRIMEIRA INFÂNCIA”.	7
LEI Nº 6393, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025 - INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS E CANAIS DE DENÚNCIA DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, EM EVENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS REALIZADOS OU PATROCINADOS PELO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA.	8
LEI Nº 6394, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025 - ALTERA O § 4º DO ART. 1º, DA LEI 4.576, DE 17 DE OUTUBRO DE 2006.	10
LEI Nº 6395, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E FAMILIARES DOS AUTISTAS DE CAÇAPAVA - AAFAC (ESSÊNCIA AZUL).	11
LEI Nº 6396, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025 - DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 04 DE JANEIRO DE 1999, QUE TRATA DO ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO.	12
LEI Nº 6397, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025 - INSTITUI O PROGRAMA TROCA CERTA, DISPONDO SOBRE O PLANO DE TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA (PTV) DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	13
LEI Nº 6398, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025 - INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DAS JUVENTUDES DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	15
LEI Nº 6399, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025 - DISPÕE SOBRE O GERENCIAMENTO INDIVIDUALIZADO, PELOS GRANDES GERADORES, DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	19

DEZEMBRO DE 2025

Diário Oficial

Edição nº 711/2025

Expediente

O Diário Oficial de Caçapava é uma publicação sob a responsabilidade das entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Caçapava, Conforme **Lei Municipal nº 5819**, de 22 de março de 2021.

Demais edições do Diário Oficial Eletrônico de Caçapava poderão ser consultadas por meio do endereço eletrônico:

<https://cacapava.sp.gov.br/diario-oficial>.

As consultas são de acesso gratuito e não necessitam de qualquer realização de cadastro.

Prefeitura Municipal de Caçapava

CNPJ: 45.189.305/0001-21

Endereço: Rua Cap. Carlos de Moura, 243

Telefone: (12) 3654-6600

Site: <https://cacapava.sp.gov.br>

Câmara Municipal de Caçapava

CNPJ: 48.408.496/0001-63

Endereço: Praça da Bandeira, 151

Telefone: (12) 3654-2000

FUSAM (FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA)

CNPJ: 50.453.703/0001-43

Endereço: Av. Dr. Pereira de Mattos, 63 - Centro, Caçapava/SP - CEP:

12281-450

Telefone: (12) 3654-8800

E-mail: comunicacao@fusam.com.br

LEI Nº 6400, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025 - ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 39 DA LEI MUNICIPAL Nº 5.634, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018, A QUAL DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA.	23
LEI Nº 6401, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VALE-ALIMENTAÇÃO E DIÁRIAS AOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	24
LEI Nº 6402, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025 - DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO, CÁLCULO E COBRANÇA DA TAXA DE EMISSÃO DE CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE OBRA – “HABITE-SE” – NO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	26
DECRETO Nº 5322, DE 15 DE NOVEMBRO DE 2025 - ALTERA O DECRETO Nº 5285, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2025, QUE APROVA O REGULAMENTO DE ARMAMENTOS, MUNIÇÕES, TECNOLOGIAS E INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE CAÇAPAVA/SP.	30
DECRETO Nº 5325, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025 - REGULAMENTA OS ARTS. 38 E 48 DA LEI MUNICIPAL Nº 1.430, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1970, A LEI 3.672, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1998, E O ART. 4º E 15 DA LEI MUNICIPAL Nº 6.348, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025.	31
ATA DO RESULTADO DA ANÁLISE DE RECURSO.	36
ATA DO PARECER FINAL.	44

LEI Nº 6388, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025 - ESTABELECE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O PERÍODO 2026 A 2029 E DEFINE AS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2026.

Edição nº 711, 18 de dezembro de 2025



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

LEI Nº 6388, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025

Projeto de Lei nº 179/2025

Autor: Prefeito Municipal Yan Lopes de Almeida

Estabelece o Plano Plurianual do Município para o período 2026 a 2029 e define as metas e prioridades da administração pública municipal para o exercício de 2026.

Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a **Câmara Municipal** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I n º 6 3 8 8

Art. 1º. Esta Lei estabelece, nos termos do art. 165, § 1º, da Constituição, o Plano Plurianual (PPA) do Município para o quadriênio 2026/2029, no qual são definidas as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, na forma dos Anexos I a V.

§ 1º Fica o Executivo autorizado a modificar a unidade executora ou o órgão responsável por programas e ações e os indicadores e respectivos índices, bem como a adequar as metas físicas em função de modificações nos programas ditadas por leis, por leis de diretrizes e por leis orçamentárias e seus créditos adicionais.

§ 2º O Plano Plurianual compreende a atuação de todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, inclusive da Câmara Municipal, bem como das empresas em que o Município detém o controle acionário, consideradas, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, de caráter dependente.

§ 3º No caso de empresas de caráter não dependente, somente seus investimentos estão incluídos nos programas e ações constantes dos anexos desta Lei.

Art. 2º. O PPA 2026-2029 está estruturado e organizado da seguinte forma:

1

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

I. Toda ação governamental está estruturada em programas, estabelecidos em conformidade com as diretrizes e de modo a contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano;

II. Os programas contemplam, no que couber, as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

III. Os objetivos estratégicos do PPA 2026-2029 representam as situações e mudanças de médio e longo prazo na sociedade, com as quais o Município pretende contribuir por meio de seus programas e serão acompanhados de indicadores de impacto e trajetórias esperadas para o período de vigência.

IV. Os programas são classificados como:

a) Programas finalísticos: têm por objetivo viabilizar o acesso da população aos bens e serviços públicos ou a mudança nas condições de vida do público-alvo direto do programa;

b) Programas de Apoio Administrativo: têm por objetivo contribuir para manter a organização pública e para concretizar os resultados finalísticos e de melhoria de gestão de políticas públicas.

V. Os programas são compostos por objetivos, indicadores recentes e de resultado, metas que se pretende alcançar, valores globais, órgão responsáveis e órgãos executores, assim definidos:

a) O objetivo expressa o resultado positivo que se espera alcançar com o programa;

b) Os produtos representam os bens e serviços ofertados pelo programa ao seu público-alvo e são classificados em: (i) finalístico; e (ii) apoio administrativo;

VI. O indicador é a medida que permite aferir, periodicamente, o alcance do objetivo de um programa ou a oferta de bens e serviços, no caso de produtos finalísticos, auxiliando seu monitoramento e avaliação;

VII. A meta estabelece, para cada indicador, as quantidades do resultado esperado pelo programa ao final do Plano Plurianual e de produto a ser ofertado no período;

VIII. O valor global do programa é uma estimativa dos recursos orçamentários necessários à realização dos produtos e à consecução dos objetivos; e

2

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

IX. As Secretarias Municipais, as entidades da Administração Indireta e o Poder Legislativo são os órgãos executores responsáveis pela implementação do programa.

Art. 3º. São estabelecidas para o quadriênio 2026/2029 as seguintes diretrizes norteadoras da execução dos programas e ações a cargo dos órgãos municipais:

I - Saúde - Ampliação da capacidade de atendimento na Atenção Básica e Especializada; Revitalização e modernização das Unidades de Saúde;

II - Educação - Ampliação da oferta de vagas, aperfeiçoamento da Gestão Escolar; revitalização e manutenção da infraestrutura das escolas;

III - Segurança - Ampliação e capacitação da Guarda Municipal, fortalecimento das rondas específicas, combate a violência contra a mulher;

IV - Esportes - Ampliação, revitalização e manutenção nos equipamentos de lazer e esportes; descentralização a oferta de atividades, fortalecimento das associações e dos atletas amadores e de alto rendimento;

V - Cultura/Lazer - Ampliação dos espaços culturais, valorização do artista e do artesão local, fomentar o comércio e a hotelaria local;

VI - Governabilidade e Boas Práticas - Fortalecer os canais de comunicação, transparência e controle; modernização e informatização do sistema de Gestão Pública;

VII - Planejamento e Mobilidade - Investimentos em infraestrutura viária e de passeio, melhoria nos serviços de transporte público, investimentos em segurança de tráfego, planos de contrapartida para novos loteamentos e ampliação de infraestrutura para transportes alternativos;

VIII - Meio Ambiente e Causa Animal - Arborização e manutenção de áreas verdes, fortalecimento da economia circular, fortalecimento da educação ambiental nas escolas e na sociedade, controle e cuidado animal;

IX - Desenvolvimento Econômico - Fomentar a economia local e prestigiar o empreendedor, ampliar o incentivo fiscal, ofertar cursos e capacitações, valorizar o agronegócio e fortalecer as parcerias com o setor privado e as demais esferas públicas;



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

X - Desenvolvimento Social - Fortalecimento das entidades, dos conselhos e dos CREA's, enfrentamento à violência contra a mulher, a criança e ao idoso; ampliar os serviços de acolhida social, garantir dignidade à pessoa em situação de vulnerabilidade;

XI - Obras e Serviços Municipais - Investimentos no parque luminotécnico, enfrentamento a alagamentos e enchentes, manutenção das estradas rurais, revisão da legislação pertinente, criação de espaços específicos de descartes e melhorias na manutenção dos serviços municipais.

Art. 4º. As estimativas das receitas e dos valores dos programas e ações constantes dos anexos desta lei são fixadas exclusivamente para conferir consistência ao Plano, não constituindo limites para a elaboração das leis de diretrizes orçamentárias, das leis orçamentárias e das suas modificações.

Art. 5º. Nas leis orçamentárias ou nas que autorizarem a abertura de créditos adicionais, assim como nas leis de diretrizes orçamentárias e nos créditos extraordinários, poderão ser criadas ações ou modificados os existentes, considerando-se, em decorrência, alterado o Plano Plurianual, fazendo-se necessária a aprovação junto à Câmara Municipal de Caçapava.

Art. 6º. As metas e prioridades da administração pública municipal para o exercício de 2026, na conformidade do exigido pelo art. 165, § 2º, da Constituição, são as fixadas no Anexo VI, integrante desta Lei.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, 09 de dezembro de 2025.

DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

4

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21

LEI Nº 6392, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025 - INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA O “MÊS DA PRIMEIRA INFÂNCIA”.

Edição nº 711, 18 de dezembro de 2025



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

LEI Nº 6392, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Projeto de Lei nº 163/2025

Autora: Vereadora Daniele Cristine Galdino Siqueira

Institui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Caçapava o “Mês da Primeira Infância”.

Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a *Câmara Municipal* aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI nº 6392

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Caçapava, o “Mês da Primeira Infância”, a ser celebrado, anualmente, no mês de agosto, conforme celebração nacional.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 17 de dezembro de 2025.

DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21

LEI Nº 6393, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025 - INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS E CANAIS DE DENÚNCIA DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, EM EVENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS REALIZADOS OU PATROCINADOS PELO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA.

Edição nº 711, 18 de dezembro de 2025



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

LEI Nº 6393, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Projeto de Lei nº 164/2025

Autora: Vereadora Dandara Pereira César Leite Gissoni

Institui a Política Municipal de Divulgação de Campanhas e Canais de Denúncia de Violência Contra a Mulher, em Eventos Culturais e Desportivos Realizados ou Patrocinados pelo Município de Caçapava.

Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a **Câmara Municipal** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI nº 6393

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Caçapava, a obrigatoriedade de divulgação de campanhas informativas e do canal de Denúncia Ligue 180, em eventos culturais e desportivos realizados ou patrocinados pelo Poder Público Municipal.

Art. 2º As campanhas a que se refere esta Lei deverão conter, no mínimo:

I - referência à Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha);

II - divulgação dos canais de denúncia Disque 180 e Disque 100;

III - informações sobre o acesso das vítimas à rede de atendimento e proteção.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se rede de enfrentamento à violência contra a mulher o conjunto de instituições e serviços que atuam de forma integrada, tanto no âmbito do Poder Público quanto da sociedade civil, com o objetivo de planejar e executar ações, projetos e políticas voltadas à prevenção e ao combate à violência contra as mulheres.

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 3º Nos eventos que disponham de telões ou equipamentos similares, a divulgação do Ligue 180 deverá ser feita de forma direta, sendo facultada a inserção de um QR Code com informações complementares sobre a rede de enfrentamento à violência contra a mulher, hospedadas no site da Prefeitura de Caçapava.

Art. 4º Nos eventos que não disponham de telões ou equipamentos similares, a divulgação do Ligue 180 deverá ser realizada por meio de locução ou outros recursos sonoros, durante a programação ou nos intervalos entre as apresentações.

Art. 5º Placas ou cartazes contendo a divulgação do Ligue 180 deverão ser afixados em locais de grande circulação e nos banheiros femininos dos eventos.

Parágrafo único. As placas ou cartazes deverão ter dimensões mínimas de 30 cm por 15 cm e utilizar caracteres de tamanho proporcional e adequado para garantir a fácil leitura da mensagem.

Art. 6º A Gestão Municipal será responsável pela criação da identidade visual da campanha e pela produção do material de divulgação, podendo firmar parcerias com entidades públicas e privadas para viabilizar a implementação das medidas previstas nesta Lei.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente e, se necessário, poderão ser suplementadas.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 17 de dezembro de 2025.

DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

LEI Nº 6394, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Projeto de Lei nº 199/2025

Autora: Vereadora Daniele Cristine Galdino Siqueira

Altera o § 4º do Art. 1º, da Lei 4.576, de 17 de outubro de 2006.

Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a **Câmara Municipal** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI nº 6394

Art. 1º Fica alterado o §4º do Art. 1º, da Lei 4.576, de 17 de outubro de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ...

§4º Excetuam-se da exigência do inciso II deste artigo, as instituições que prestarem assistência a pacientes com doenças infectocontagiosas, oncológicas, dependentes químicos, pessoas com deficiência visual, auditiva, física, intelectual, Transtorno do Espectro Autista e outras neurodivergências, desde que estejam em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano." (NR)

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 17 de dezembro de 2025.

DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21

LEI Nº 6395, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E FAMILIARES DOS AUTISTAS DE CAÇAPAVA - AAFAC (ESSÊNCIA AZUL).

Edição nº 711, 18 de dezembro de 2025



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

LEI Nº 6395, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Projeto de Lei nº 200/2025

Autora: Vereadora Daniele Cristine Galdino Siqueira

Declara de Utilidade Pública a Associação de Amigos e Familiares dos Autistas de Caçapava – AAFAC (Essência Azul).

Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a ***Câmara Municipal*** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I n º 6 3 9 5

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Amigos e Familiares dos Autistas de Caçapava – AAFAC (Essência Azul).

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 17 de dezembro de 2025.

DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21

LEI Nº 6396, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025 - DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 04 DE JANEIRO DE 1999, QUE
TRATA DO ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO.

Edição nº 711, 18 de dezembro de 2025



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

LEI Nº 6396, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Projeto de Lei nº 209/2025

Autor: Vereador Adilson Henrique França

Dispõe sobre alteração da Lei Complementar nº 109, de 04 de Janeiro de 1999, que trata do Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município.

Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a **Câmara Municipal** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I n º 6 3 9 6

Art. 1º Fica acrescido ao Anexo III – Atividades I-0, definido pela Lei Complementar nº 109, de 04 de Janeiro de 1999, a atividade de Código CNAE – 1099-6/07 – Fabricação de alimentos dietéticos e complementos alimentares.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 17 de dezembro de 2025.

DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21

LEI Nº 6397, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025 - INSTITUI O PROGRAMA TROCA CERTA, DISPONDO SOBRE O PLANO DE TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA (PTV) DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edição nº 711, 18 de dezembro de 2025



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

LEI Nº 6397, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Projeto de Lei nº 118/2025

Autor: Prefeito Municipal Yan Lopes de Almeida

Institui o Programa Troca Certa, dispondo sobre o Plano de Transferência Voluntária (PTV) de servidores públicos municipais no âmbito da administração pública e dá outras providências.

Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a **Câmara Municipal** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I n º 6 3 9 7

Art. 1º Esta Lei disciplina as regras para o Plano de Transferência Voluntária - PTV dos servidores públicos no âmbito da administração pública municipal.

Parágrafo único. Esta Lei não se aplica àquelas transferências por ato discricionário ex officio, motivadas pelo interesse da administração pública.

Art. 2º A transferência voluntária de servidores públicos municipais poderá ocorrer mediante requerimento do interessado, atendidos os seguintes requisitos:

- I** - existência de vaga na unidade de destino;
- II** - compatibilidade das atribuições do cargo com a nova lotação;
- III** - o servidor deverá contar, no mínimo, com 2 (dois) anos de efetivo exercício no cargo ou emprego;
- IV** - manifestação favorável dos gestores das unidades envolvidas;
- V** - atendimento ao interesse público.

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 3º A transferência voluntária não poderá resultar em prejuízo para o servidor no que se refere a sua remuneração, carga horária e demais direitos adquiridos.

Parágrafo único. A transferência não acarretará alteração da referência em que estiver localizado o servidor.

Art. 4º O servidor interessado deverá formalizar o pedido de transferência junto ao Departamento de Relações Humanas, acompanhado de justificativa e documentação pertinente.

Parágrafo único. O requerimento de transferência deverá ser preenchido e assinado pelo servidor, contendo assinatura de autorização da chefia imediata e do Diretor do Departamento de Relações Humanas.

Art. 5º É vedada a solicitação de transferência de servidor que estiver respondendo a processo administrativo disciplinar ou sindicância.

Art. 6º A análise dos pedidos de transferência será realizada pelo Departamento de Relações Humanas, em conjunto com as Secretarias que tiverem vagas disponíveis, que avaliarão os impactos administrativos e a viabilidade da mudança.

Art. 7º Na hipótese de não haver vaga para o local pretendido no momento da formalização do requerimento, o pedido permanecerá sob a guarda do Departamento de Relações Humanas, até que se disponibilize vaga para a efetivação da transferência.

Art. 8º O servidor transferido voluntariamente deverá se apresentar no novo local de lotação no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de aprovação da transferência.

Art. 9º Após a conclusão da transferência ser efetivada, o servidor somente poderá solicitar adesão a novo pedido, após 2 (dois) anos de efetivo exercício na Secretaria em que se encontra.

Parágrafo único. Qualquer tipo de afastamento acima de 15 dias será descontado do período mencionado no Art. 9º desta Lei, e a contagem retornará após o efetivo retorno ao trabalho.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 17 de dezembro de 2025.

DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21

LEI Nº 6398, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025 - INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DAS JUVENTUDES DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edição nº 711, 18 de dezembro de 2025



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

LEI Nº 6398, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Projeto de Lei nº 155/2025

Autor: Prefeito Municipal Yan Lopes de Almeida

Institui o Plano Municipal das Juventudes do Município de Caçapava e dá outras providências.

Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a **Câmara Municipal** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I n º 6 3 9 8

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal das Juventudes, com o objetivo de orientar, integrar e articular políticas, ações e programas voltados para a garantia dos direitos da juventude no âmbito do município, de acordo com a Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013 (Estatuto da Juventude) e demais normas pertinentes ao tema.

Parágrafo único. O Plano Municipal das Juventudes terá vigência decenal, sendo revisado e atualizado obrigatoriamente durante a elaboração do Plano Plurianual do Município.

Art. 2º São diretrizes do Plano Municipal das Juventudes:

I - ser uma política pública permanente, assegurando continuidade e prioridade às ações voltadas às juventudes;

II - garantir a participação dos jovens por meio de espaços de diálogo, consulta e deliberação, permitindo sua contribuição na formulação, execução e avaliação das políticas públicas;

III - reconhecer as demandas específicas dos diferentes segmentos juvenis, considerando diversidade, vulnerabilidades e potencialidades;

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

IV - promover desenvolvimento integral das juventudes, incentivando sua autonomia, emancipação e protagonismo;

V - estabelecer uma política transversal, integrando ações em todas as áreas da administração municipal.

Art. 3º São objetivos do Plano Municipal das Juventudes:

I - assegurar o exercício pleno da cidadania e da participação social e política dos jovens;

II - garantir o direito à comunicação, à liberdade de expressão e ao acesso à informação;

III - universalizar o acesso à educação pública, gratuita, de qualidade e inclusiva;

IV - promover o direito à cultura, à identidade e à memória social;

V - fomentar oportunidades de profissionalização, trabalho digno e geração de renda;

VI - democratizar o acesso às tecnologias da informação e comunicação;

VII - assegurar atenção integral à saúde, com foco em prevenção e qualidade de vida;

VIII - promover a sustentabilidade ambiental e o direito a um meio ambiente equilibrado;

IX - garantir o acesso ao esporte, lazer e atividades socioculturais;

X - assegurar o direito à cidade, à mobilidade urbana e ao território;

XI - combater todas as formas de discriminação, promovendo igualdade e diversidade;

XII - garantir segurança pública e direitos humanos para a juventude;

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

XIII - construir redes de informação para integrar os jovens com deficiência a participarem das discussões das políticas públicas.

Art. 4º São eixos estratégicos do Plano Municipal das Juventudes:

I - Cidadania e Participação Social;

II - Trabalho e Renda;

III - Diversidade e Igualdade;

IV - Saúde e Bem-Estar;

V - Educação e Cultura;

VI - Tecnologia e Inovação;

VII - Esporte e Lazer;

VIII - Mobilidade Urbana;

IX - Meio Ambiente e Sustentabilidade;

X - Segurança Pública e Direitos Humanos;

XI - Inclusão.

Parágrafo único. A execução do Plano será realizada pela Prefeitura, em parceria com organizações da sociedade civil, entidades privadas e órgãos estaduais e federais, quando couber.

Art. 5º O Município de Caçapava desenvolverá mecanismos de monitoramento dos objetivos contidos neste Plano Municipal da Juventude e procederá avaliações bienais de sua implantação.

Parágrafo único. A Conferência Municipal da Juventude será responsável por aprovar medidas e propor adequações necessárias nas avaliações periódicas para implantação de Políticas Públicas de/para/com a Juventude.

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 6º Este projeto está alinhado à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e contribui para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 - Educação de Qualidade, 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, 10 - Redução das Desigualdades, 3 – Saúde e Bem-Estar, 5 - Igualdade de Gênero e 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis.

Art. 7º O Poder Executivo poderá, no que couber, regulamentar esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 17 de dezembro de 2025.

DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21

LEI Nº 6399, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025 - DISPÕE SOBRE O GERENCIAMENTO INDIVIDUALIZADO, PELOS GRANDES GERADORES, DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edição nº 711, 18 de dezembro de 2025



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

LEI Nº 6399, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Projeto de Lei nº 216/2025

Autor: Prefeito Municipal Yan Lopes de Almeida

Dispõe sobre o gerenciamento individualizado, pelos grandes geradores, dos Resíduos de Serviços de Saúde no Município de Caçapava, e dá outras providências.

Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a **Câmara Municipal** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I n º 6 3 9 9

Art. 1º Ficam excluídos da coleta municipal regular de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) os grandes geradores, que deverão, às suas expensas, gerenciar seus resíduos nos termos da legislação federal aplicável, em especial a Resolução CONAMA nº 358/2005 e a ANVISA RDC nº 222/2018, mediante contratação de empresa licenciada para a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final ambientalmente adequada.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I - Resíduos de Serviços de Saúde (RSS): aqueles definidos na legislação federal vigente, especialmente pela Resolução CONAMA nº 358/2005 e pela ANVISA RDC nº 222/2018;

II - Grandes geradores: estabelecimentos que produzam volume significativo de RSS, conforme critérios técnicos de porte, volume e natureza dos resíduos a serem definidos em regulamento, compreendendo:

- a) hospitais;
- b) prontos-socorros;
- c) unidades de pronto atendimento de porte equivalente;
- d) entre outros.

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

III - Pequenos geradores: estabelecimentos cujo volume e risco potenciais sejam reduzidos, nos termos do regulamento, incluídos exemplificativamente consultórios odontológicos, clínicas de estética, estúdios de tatuagem, clínicas de procedimentos simplificados, compreendendo:

- a) consultórios odontológicos;
- b) clínicas de estética;
- c) estúdios de tatuagem e body piercing;
- d) clínicas médicas e de enfermagem de procedimentos simplificados, tais como consultas, curativos, pequenas suturas, vacinas e exames laboratoriais de baixa complexidade;
- e) barbearias, salão de cabeleireiro e quaisquer outros estabelecimentos de estética que utilize de material perfurocortante;
- f) clínicas veterinárias;
- g) entre outros.

Parágrafo único. É vedada a cobrança de taxa, tarifa ou preço público específico, pelo atendimento aos Pequenos Geradores de que trata o inciso III deste artigo, até o limite máximo de geração definido em regulamento, garantindo-lhes o acesso ao serviço público.

Art. 3º Os geradores de RSS deverão inscrever-se no Cadastro Municipal de Geradores e apresentar e manter atualizado o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), observado o rito de aprovação pela autoridade sanitária competente.

Art. 4º Os grandes geradores ficam obrigados a:

I - contratar empresa licenciada para coleta, transporte, tratamento e destinação final;

II - manter contrato válido e vigente disponível à fiscalização sanitária e ambiental;

III - comprovar mensalmente a destinação final ambientalmente adequada por meio de Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) ou documento eletrônico equivalente reconhecido pelo órgão ambiental competente, sem prejuízo de outros documentos técnicos exigidos;

IV - cumprir integralmente o PGRSS aprovado e manter registros de segregação, acondicionamento, armazenamento temporário e expedição.

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 5º Os grandes geradores terão prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei, para contratar o serviço especializado e iniciar a comprovação mensal de destinação referida no inciso III do art. 4º.

§ 1º Durante a transição, a continuidade do serviço observará os contratos municipais vigentes e a disponibilidade operacional.

§ 2º A autoridade sanitária poderá, de forma motivada, conceder prorrogação única por até 30 (trinta) dias, mediante apresentação de plano de adequação.

Art. 6º O descumprimento desta Lei sujeita o infrator, observado o contraditório e a ampla defesa, às seguintes sanções, aplicadas de forma gradual e proporcional:

I - advertência;

II - multa;

III - interdição total ou parcial do estabelecimento.

§ 1º A multa será fixada entre 20 (vinte) e 2.000 (dois mil) UFESPs, conforme porte do estabelecimento, gravidade da infração, risco sanitário e ambiental, vantagem auferida e reincidência.

§ 2º A caracterização da reincidência e seus efeitos serão regulamentados via decreto, observado o disposto nesta Lei.

§ 3º As sanções poderão ser cumuladas, quando necessário, para cessar risco e garantir a adequada destinação dos RSS.

§ 4º O disposto neste artigo será regulamentado por decreto do Poder Executivo, que definirá o rito procedimental, os prazos de defesa, os critérios de gradação das sanções e a autoridade competente para autuar e julgar.

Art. 7º O Poder Executivo disciplinará por decreto os critérios de aplicação, gradação e procedimentos das sanções previstas no art. 6º, respeitados os limites de valores nele fixados.

Art. 8º São objetivos desta Lei:

I - desonerar o Município dos custos de coleta e destinação de RSS de grandes geradores;

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

II - assegurar gerenciamento técnico e ambientalmente adequados, com rastreabilidade;

III - fortalecer a atuação da Vigilância Sanitária Municipal, em articulação com o órgão municipal de Meio Ambiente.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, definindo, entre outros, critérios de enquadramento por porte/volume, procedimentos de fiscalização, rotina de comprovação via MTR ou sistema eletrônico equivalente, prazos e formulários.

Art. 10. Esta Lei observa e promove as diretrizes da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), contribuindo, especialmente, para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS 3 - Saúde e Bem-Estar; ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis; ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis; e ODS 15 - Vida Terrestre, sem prejuízo de outros ODS correlatos.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 17 de dezembro de 2025.

DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21

LEI Nº 6400, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025 - ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 39 DA LEI MUNICIPAL Nº 5.634, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018, A QUAL DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA.

Edição nº 711, 18 de dezembro de 2025



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

LEI Nº 6400, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Projeto de Lei nº 240/2025

Autor: Prefeito Municipal Yan Lopes de Almeida

Altera a redação do art. 39 da Lei Municipal nº 5.634, de 20 de dezembro de 2018, a qual dispõe sobre a remuneração dos Conselheiros Tutelares do Município de Caçapava.

Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a **Câmara Municipal** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I n º 6 4 0 0

Art. 1º Fica alterado o Art. 39 da Lei Municipal nº 5.634, de 20 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Conselho Tutelar do Município de Caçapava, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39 O Conselheiro Tutelar faz jus a uma remuneração equivalente à referência XXII do quadro do serviço público municipal, desde que atenda e comprove os seguintes requisitos:” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 17 de dezembro de 2025.

DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21

LEI Nº 6401, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025 - DISPÕE SOBRE A
CONCESSÃO DE VALE-ALIMENTAÇÃO E DIÁRIAS AOS CONSELHEIROS
TUTELARES DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

Edição nº 711, 18 de dezembro de 2025



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

LEI Nº 6401, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Projeto de Lei nº 241/2025

Autor: Prefeito Municipal Yan Lopes de Almeida

*Dispõe sobre a concessão de Vale-Alimentação e diárias aos
Conselheiros Tutelares do Município de Caçapava, e dá outras providências.*

*Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de
Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de
suas atribuições legais,*

Faço saber que a **Câmara Municipal** aprovou
e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I n º 6 4 0 1

Art. 1º Fica instituída a concessão de Vale-Alimentação, nos mesmos moldes, valores e critérios praticados para os servidores públicos municipais, aos Conselheiros Tutelares titulares, durante todo o período do mandato.

Parágrafo único. Os Conselheiros Tutelares suplentes farão jus ao Vale-Alimentação exclusivamente durante o período de substituição formal de Conselheiro titular, observada a proporcionalidade em relação aos dias efetivamente trabalhados.

Art. 2º Os Conselheiros Tutelares titulares e suplentes, sempre que, no exercício de suas funções institucionais, necessitarem deslocar-se para fora do território do Município de Caçapava, farão jus ao recebimento de diárias, nas mesmas condições, valores e critérios estabelecidos para os servidores públicos municipais.

Parágrafo único. O pagamento das diárias fica condicionado à prévia autorização da autoridade competente e comprovação à do deslocamento, devendo este estar estritamente relacionado ao exercício da função de Conselheiro Tutelar.

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Este projeto está alinhado à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e contribui para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 8 -Trabalho Decente e Crescimento Econômico e (ODS) 16 -Paz, justiça e instituições eficazes.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 17 de dezembro de 2025.

DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21

LEI Nº 6402, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025 - DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO, CÁLCULO E COBRANÇA DA TAXA DE EMISSÃO DE CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE OBRA – “HABITE-SE” – NO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edição nº 711, 18 de dezembro de 2025



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

LEI Nº 6402, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Projeto de Lei nº 243/2025

Autor: Prefeito Municipal Yan Lopes de Almeida

Dispõe sobre o parcelamento, cálculo e cobrança da Taxa de Emissão de Certificado de Conclusão de Obra – “Habite-se” – no Município de Caçapava e dá outras providências.

Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a **Câmara Municipal** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I n º 6 4 0 2

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o parcelamento do valor referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidente sobre a construção civil e regulamenta a forma de cálculo e cobrança por ocasião do pedido de expedição do Certificado de Conclusão de Obra – “Habite-se”.

§ 1º O valor a ser parcelado poderá ser dividido em até 6 (seis) parcelas mensais e consecutivas.

§ 2º O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a 14 (quatorze) UFESP's.

§ 3º O vencimento da primeira parcela será até o último dia útil do mês da solicitação do parcelamento, vencendo-se as demais a cada 30 (trinta) dias subsequentes.

§ 4º O pagamento efetuado após o vencimento estará sujeito à incidência de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, limitada a 20% (vinte por cento), e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

§ 5º Não serão incluídas no parcelamento as taxas referentes aos preços públicos relativos à obra.

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 2º No ato do requerimento do Certificado de Conclusão de Obra – “*Habite-se*”, o contribuinte deverá apresentar os documentos exigidos pelo órgão competente e efetuar o pagamento das taxas correspondentes aos itens 5 e 8 da Tabela de Preços Públicos.

§ 1º Após a análise da Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, caberá à Secretaria de Finanças, por meio do setor competente, calcular e proceder à cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidente sobre a construção, nos termos do art. 1º desta Lei.

§ 2º A taxa prevista no item 5 (vistoria, laudos e assemelhados) da Tabela de Preços Públicos fará jus a desconto de 50% (cinquenta por cento) nos casos de projetos analisados e aprovados nos termos da Lei do Aprova Rápido, desde que tal informação conste expressamente no título do projeto.

§ 3º Ficam isentos das taxas fixas e do imposto sobre serviços os casos previstos no art. 132 da Lei Municipal nº 1.430/1970.

Art. 3º O cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidente sobre a obra será obtido pela multiplicação da metragem quadrada do projeto aprovado pelo valor do metro quadrado da construção, conforme o padrão construtivo apurado no ato da concessão do Habite-se, aplicando-se a alíquota de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento).

I - Nos pedidos de *Habite-se* referentes à adequação do imóvel sem aumento de área, com ou sem alteração da destinação do imóvel, mas que envolvam demolição ou construção interna, o imposto (ISSQN) será calculado somente sobre a área adequada, conforme descrito na legenda do projeto aprovado e indicada pelo profissional técnico responsável no requerimento, devendo a metragem adequada ser incluída no SISOBRA, sendo devidas também as taxas de preço público, mencionadas no art. 2º desta Lei;

II - Nos pedidos de *Habite-se* referentes à adequação do imóvel sem aumento de área e sem alteração da destinação, sem execução de obras internas ou externas, e quando o imóvel já possuir *Habite-se* anterior, não será cobrado o imposto (ISSQN) e não haverá inclusão no SISOBRA, sendo devidas apenas as taxas de preço público, mencionadas no art. 2º desta Lei.

Art. 4º Os processos administrativos para emissão do Certificado de Conclusão de Obra – *Habite-se* – deverão obedecer ao limite de 03 (três) comunique-se, emitidos pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente.

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

§ 1º Cada comunique-se deverá ser atendido no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento da notificação.

§ 2º O prazo para atendimento dos comunique-se poderá ser prorrogado, mediante justificativa técnica formal apresentada pelo interessado e aceita pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, sendo que a somatória das prorrogações não poderá ultrapassar 12 (doze) meses.

§ 3º O descumprimento do prazo ou o não atendimento integral às exigências implicará o arquivamento definitivo do processo de Habite-se, sendo necessário protocolar novo requerimento, com recolhimento das taxas devidas conforme o art. 2º desta Lei.

§ 4º A limitação prevista neste artigo visa garantir a eficiência, economicidade e razoabilidade da Administração Pública, nos termos do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 5º Após análise e emissão do Certificado de Conclusão de Obra – “Habite-se”, este será entregue no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da formalização do parcelamento de que trata o art. 1º, ou da emissão da guia para pagamento à vista, ou, ainda, do protocolo de pedido de compensação dos valores de ISS pagos por meio de notas fiscais de serviços referentes à construção da referida obra, conforme previsto no § 1º do art. 2º desta Lei.

§ 1º Se no prazo de 30 (trinta) dias não ocorrer nenhum pedido de parcelamento, boleto à vista ou compensação de valores, o valor calculado será inscrito em dívida ativa de imediato, vinculada à inscrição cadastral do imóvel, para fins de cobrança extrajudicial ou judicial, com os acréscimos legais previstos na legislação vigente e o processo arquivado, até o cumprimento previsto no *caput*.

§ 2º A emissão do certificado de *Habite-se* não estará condicionada à quitação integral do débito, ficando revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º A inadimplência superior a 60 (sessenta) dias de qualquer parcela do parcelamento, ou do pagamento à vista, implicará o cancelamento do parcelamento e a imediata inscrição do débito em dívida ativa, vinculada à inscrição cadastral do imóvel, para fins de cobrança extrajudicial ou judicial, com os acréscimos legais previstos na legislação vigente.

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 7º Compete ao Poder Executivo regulamentar esta Lei, especialmente quanto aos documentos, prazos, procedimentos e sistemas de controle para concessão do parcelamento.

Art. 8º Esta Lei está alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e contribui para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 8 - Trabalho decente e crescimento econômico, ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura e ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 17 de dezembro de 2025.

DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21

DECRETO Nº 5322, DE 15 DE NOVEMBRO DE 2025 - ALTERA O DECRETO Nº 5285, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2025, QUE APROVA O REGULAMENTO DE ARMAMENTOS, MUNIÇÕES, TECNOLOGIAS E INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE CAÇAPAVA/SP.

Edição nº 711, 18 de dezembro de 2025



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

DECRETO Nº 5322, DE 15 DE NOVEMBRO DE 2025

Altera o Decreto nº 5285, de 03 de novembro de 2025, que Aprova o Regulamento de Armamentos, Munições, Tecnologias e Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo da Guarda Civil Municipal de Caçapava/SP, e dá outras providências.

Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Art. 66 e ficam alterados os Arts. 73 e 74 do Decreto nº 5285, de 03 de novembro de 2025, que Aprova o Regulamento de Armamentos, Munições, Tecnologias e Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo da Guarda Civil Municipal de Caçapava/SP, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 73. Qualquer incidente, acidente ou disparo de arma de fogo envolvendo um membro da Guarda Civil Municipal de Caçapava deve ser prontamente averiguado por autoridades designadas, que deverão tomar as medidas imediatas para apuração dos fatos, mantendo informado o Secretário de Defesa e Mobilidade Urbana.

Art. 74. Para a devida apuração de incidentes relacionados ao uso de armas de fogo, os Inspetores de Plantão devem:” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, 15 de dezembro de 2025.

DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21

DECRETO Nº 5325, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025 - REGULAMENTA OS ARTS. 38 E 48 DA LEI MUNICIPAL Nº 1.430, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1970, A LEI 3.672, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1998, E O ART. 4º E 15 DA LEI MUNICIPAL Nº 6.348, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025.

Edição nº 711, 18 de dezembro de 2025



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

DECRETO Nº 5325, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025

Regulamenta os Arts. 38 e 48 da Lei Municipal nº 1.430, de 11 de dezembro de 1970 (Código Tributário Municipal), a Lei 3.672, de 1º de dezembro de 1998, e o Art. 4º e 15 da Lei Municipal nº 6.348, de 1º de outubro de 2025 (que institui a Planta Genérica de Valores e altera o Código Tributário Municipal), e dá outras providências.

Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Ficam regulamentados os arts. 38 e 48 da Lei Municipal nº 1.430, de 11 de dezembro de 1970, o art. 4º e 15 da Lei Municipal nº 6.348, de 1º de outubro de 2025 e a Lei 3.672, de 1º de dezembro de 1998, dispondo sobre os procedimentos para revisão de lançamento do IPTU e do valor venal de imóveis, e de Isenções de IPTU, nos termos que seguem.

Art. 2º As revisões de lançamento de IPTU e de valor venal deverão ser solicitadas no prazo de até 15 (quinze) dias contados do vencimento da primeira parcela ou cota única do imposto, mediante processo administrativo protocolado junto setor de atendimento da Secretaria Municipal de Finanças, acompanhado dos seguintes documentos:

I - Requerimento (modelo disponível no site oficial do Município), devidamente preenchido e assinado pelo proprietário do imóvel;

II - Cópia de documento de identificação pessoal do proprietário, constando foto, número do CPF e assinatura (ex.: RG, CNH ou equivalente), e cópia da certidão de óbito do proprietário, quando for o caso, acompanhado da cópia do documento pessoal do herdeiro ou responsável legal;

III - Cópia de comprovante de endereço do requerente;

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

IV - Cópia da matrícula atualizada do imóvel expedida pelo cartório de registro de imóveis, escritura pública ou contrato que comprove a propriedade do imóvel;

V - Procuração com firma reconhecida e cópia do documento de identificação do procurador, quando houver representação;

VI - Quando o pedido de revisão se referir à área construída, além dos documentos previstos nos incisos I a V, apresentar também, croqui da área construída constando as medidas dos contornos e do total da construção, assinado por responsável técnico habilitado;

VII - Quando o pedido de revisão se referir à área de terreno ou ao fator corretivo de topografia, além dos documentos previstos nos incisos I a V, apresentar também, croqui constando as medidas dos contornos total do terreno e perfil do terreno com as devidas cota de nível dos vértices, acompanhado de memorial descritivo com o endereço dos confrontantes, assinado por responsável técnico habilitado;

VIII - Quando o pedido de revisão se referir ao valor venal do imóvel apurado pelo município, além dos documentos previstos nos incisos I a V, apresentar também, no mínimo 3 (três) avaliações imobiliárias, indicando a metodologia aplicada para a avaliação e assinadas por profissionais habilitados, devidamente registrados no CRECI, CREA ou CAU, comprovando a divergência entre o valor venal do IPTU e o valor praticado no mercado;

IX - Quando o pedido de revisão se referir ao desconto de áreas previstas no Art. 4º da Lei 6.348/2025, além dos documentos previstos nos incisos I a V, apresentar também, croqui demonstrando a metragem quadrada do total do terreno e a metragem quadrada da área a ser descontada, acompanhado de laudo técnico com Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica RRT, assinado por responsável técnico habilitado comprovando o requisito para o benefício.

Paragrafo único. Os setores envolvidos na análise destes processos poderão solicitar documentos complementares e, quando necessário, serão encaminhados à Comissão Avaliadora da Planta Genérica de Valores para avaliação e pareceres.

Art. 3º Ficam regulamentadas as isenções previstas no inciso V do art. 48 da Lei Municipal nº 1.430/1970 e na Lei nº 3.672/1998, aplicáveis às associações civis sem fins lucrativos, de caráter religioso ou finalidade

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

religiosa e organizações não governamentais (ONGs), mediante a abertura de processo administrativo instruído com os seguintes documentos:

I - Requerimento em nome da entidade, preenchido e assinado pelo responsável legal, constante em Ata de Assembleia ou Contrato Social;

II - Cópia de documento de identificação do representante legal que assinou o requerimento, constando foto, número do CPF e assinatura (ex.: RG, CNH ou equivalente);

III - Cópia da ata de assembleia que comprove a designação do representante legal;

IV - Cópia do documento de propriedade atualizado do imóvel, tal como matrícula, escritura ou contrato com firmas reconhecidas, que comprove a propriedade;

V - Cópia do contrato de locação vigente, com firmas reconhecidas, quando se tratar de imóvel locado;

VI - Certidão negativa de débitos municipais vinculado ao CNPJ da entidade requerente e para a inscrição do imóvel;

VII - Documento comprobatório da condição de entidade sem fins lucrativos.

Parágrafo único. Os pedidos de isenções relativos a imóveis locados deverão ser renovados anualmente, conforme prazo previsto em lei vigente.

Art. 4º Ficam regulamentadas as isenções previstas nos incisos III e VI do art. 48 da Lei Municipal nº 1.430/1970 (inserido pela Lei nº 6348/25) e da Lei 3.672/1998, mediante a abertura de processo administrativo acompanhado dos seguintes documentos:

I - Requerimento e questionário (modelo disponível no site oficial do Município), preenchido e assinado pelo proprietário do imóvel ou responsável legal, munido de procuração assinada;

II - Cópia de documento de identificação pessoal do proprietário do imóvel e, nos casos previstos no inciso VI, juntar também cópia do

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

documento pessoal da pessoa com deficiência ou em tratamento oncológico, constando foto, número do CPF e assinatura (ex.: RG, CNH ou equivalente);

III - Cópia de comprovante de endereço do requerente;

IV - Cópia do documento de propriedade atualizado do imóvel, tal como matrícula, escritura ou contrato com firmas reconhecidas, que comprove a propriedade;

V - “Folha Resumo do Cadastro Único” original emitida pela Secretaria de Desenvolvimento Social, com data de até 30 (trinta) dias anteriores ao requerimento;

VI - Certidão negativa de débitos municipais do imóvel e vinculada ao CPF do(s) proprietário(s) do imóvel, incluindo dos herdeiros, quando for o caso;

VII - Cópia da Carteira de Trabalho de todos os proprietários e moradores do imóvel (folha de identificação, folha do último registro de trabalho e da próxima página em branco), priorizando-se a carteira digital;

VIII - Cópia do comprovante de rendimento atual de todos os proprietários e residentes do imóvel e demais declarações exigidas pela Secretaria de Finanças, para a comprovação da renda familiar de até 2 (dois) salários mínimos, nos termos da Lei Municipal nº 3.672/1998.

IX - Em caso de trabalhadores autônomos, declaração de rendimento da atividade, conforme modelo no site;

X - Em caso de desempregados ou dependentes financeiros de algum proprietário ou morador, declaração de dependência financeira, conforme modelo no site;

XI - Declaração assinada pelo(s) proprietário(s) do imóvel, informando ser(em) possuidor(es) ou proprietário(s) de um único imóvel no Município de Caçapava, residente(s) no mesmo, sem ter(em) locação de qualquer natureza, conforme modelo no site;

XII - Nos casos previstos no inciso VI do art. 48 da Lei nº 1.430/1970 (inserido pela Lei nº 6348/25), laudo médico indicando a deficiência ou a condição do tratamento oncológico, constando o respectivo CID.

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Parágrafo único. Nos imóveis em que um dos proprietários tenha falecido e o inventário não tenha sido concluído, deverão ser apresentados a certidão de óbito e os documentos exigidos nos incisos II a XI, de todos os herdeiros.

Art. 5º Os pedidos de isenção deverão ser protocolados até o último dia útil do mês de setembro de cada exercício, conforme disposto nos arts. 13 e 14 da Lei Municipal nº 1.430/1970, com exceção para o exercício de 2026, conforme alteração do período transitório da Lei nº 6376/2025.

Art. 6º Todos os documentos apresentados no ato do protocolo do pedido deverão estar acompanhados da versão original, para possível validação e conferência.

Art. 7º Os modelos de requerimento, questionário e declarações citados neste Decreto estarão disponíveis no site do município, na página da Secretaria de finanças.

Art. 8º A Seção de Tributos Imobiliários poderá solicitar documentos complementares para a comprovação dos requisitos visando o cumprimento das Legislações.

Parágrafo único. A não apresentação no prazo estabelecido acarretará o arquivamento do processo até que o requerente apresente o documento solicitado mediante o pedido de desarquivamento.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, 18 de dezembro de 2025.

DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

**ATA DA ANÁLISE DE RECURSO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2025**

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, por meio da Comissão de Seleção dos Projetos Socioassistenciais instituída pela **Portaria Nº 84/GAB de 08 de Outubro de 2025** no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Tornar público a análise de recurso do Plano de Trabalho e da Documentação apresentada pelas Organizações da Sociedade Civil, visando a celebração do termo de Colaboração que tenha por objeto o serviço o Centro-Dia para Pessoas com Deficiência (PCD) e suas Famílias, conforme Edital de Chamamento Público nº 05/2025, Processo Administrativo nº 8087/2025. O objeto prevê a execução do serviço socioassistencial no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade, com capacidade para 147 (cento e quarenta e sete) vagas, destinado à prestação continuada de atendimento, convivência e apoio a pessoas com deficiência e seus cuidadores, considerando a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), a Lei nº 13.146/2015 (LBI), e os Termos de Referência e Plano de Trabalho específicos, garantindo ações de habilitação, reabilitação, promoção da autonomia, suporte à família e aos cuidadores, observando articulação e intersetorialidade com a rede socioassistencial, saúde, educação, e demais serviços, em conformidade com o Edital.

DA PROPOSTA 1 :**APAE DE CAÇAPAVA - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caçapava**

O Serviço de Centro Dia PCD é classificado na Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSEMC) da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS no 109/2009). É um serviço não-residencial, oferecido em período diário, que deve funcionar no mínimo 5 dias por semana, e por um período de até 10 horas diárias, incluindo o horário do almoço, conforme as orientações técnicas do SUAS, o referido serviço tem como finalidade oferecer cuidados pessoais, apoio à autonomia e convivência social em período diário, prevenindo o isolamento da PCD e reduzindo a sobrecarga dos cuidadores. A contratação justifica-se pela necessidade de atendimento qualificado às pessoas com deficiência em situação de dependência, vulnerabilidade ou risco social, garantindo o desenvolvimento da autonomia, a inclusão social e o fortalecimento dos vínculos familiares. O serviço oferece atividades contínuas de desenvolvimento de habilidades, suporte às famílias e articulação com políticas setoriais. A prioridade de acesso contempla pessoas com deficiência em situação de dependência, sobrecarga familiar, isolamento, risco de violação de direitos, bem como famílias cadastradas no CadÚnico e

1

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta - Caçapava – SP - CEP: 12. 282-400/Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

	Adequação Qualificada 11 a 13	Metodologia clara, adequada e alinhada ao SUAS. O PIA é detalhado em suas etapas (elaboração, execução, revisão trimestral) e demonstra articulação com a rede e os marcos regulatórios específicos (RDC 502/2021, LBI, SINASE).	13
	Excelência Técnica 14 a 15	Metodologia completa, inovadora, totalmente alinhada às diretrizes do SUAS e dos Termos de Referência. O Plano Individualizado de Atendimento (PIA) é o eixo central e demonstra estratégias avançadas de saída qualificada/reinserção social para o público-alvo	
2. Infraestrutura (Pontuação máxima: 10 pontos) a) Avaliar a adequação das condições físicas e operacionais, observando as normas específicas de cada serviço: i) Acessibilidade Universal (Lei nº 13.146/2015 - LBI) para PCDs e Idosos. ii) Conformidade com as exigências sanitárias e estruturais da RDC nº 502/2021 (ANVISA) para ILPI. iii) Condições de segurança, higiene, privacidade e adequação dos espaços para o desenvolvimento das atividades previstas no Plano de Trabalho (oficinas, atendimentos técnicos e convivência).			
2. Infraestrutura (10)	0	Infraestrutura inadequada, inexistente ou sem acessibilidade.	7,25
	1 a 4	Condições básicas, porém com falhas em acessibilidade e/ou não atende minimamente às normas específicas (ex: RDC 502/2021).	
	5 a 7	Infraestrutura adequada à Tipificação, mas com pendências pontuais de melhoria ou adequação total às normas (RDC, LBI).	
	8 a 10.	Infraestrutura completa, segura, acessível e totalmente compatível com as exigências dos Termos de Referência e dos marcos regulatórios específicos.	
3. Equipe Técnica e Dimensionamento (Pontuação máxima: 15 pontos) a) Verificar a composição da equipe, formação, vínculo e experiência, focando no dimensionamento legal: i) A equipe deve estar completa e com a carga horária compatível com a Tipificação Nacional. ii) ILPI: O dimensionamento de Cuidadores e Enfermagem deve estar em conformidade com a RDC nº 502/2021 (ANVISA), com base nos graus de dependência. iii) MSE: A equipe técnica deve seguir as orientações do SINASE. iv) Comprovação de experiência da equipe técnica (nível superior) com o público-alvo específico.			
	0	Equipe incompleta ou sem formação mínima, ou que não atende às normas de dimensionamento (RDC/SINASE).	

3

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta - Caçapava – SP - CEP: 12. 282-400/Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

5. Proposta Orçamentária e Precificação Justificada (20)	1 a 5	Despesas incompatíveis com as normas (ex: ausência de previsão de encargos).	8
	6 a 10	Estrutura básica com inconsistências ou justificativas frágeis.	
	11 a 15	Orçamento bem estruturado, dentro da faixa de referência (ou justificado) e com justificativas claras.	
	16 a 20	Orçamento detalhado, compatível com o plano de trabalho, valor dentro da faixa de referência e fundamentado tecnicamente, demonstrando a melhor aplicação dos recursos públicos.	
6. Sustentabilidade Técnica e Financeira (Pontuação máxima: 15 pontos) a) Comprovar a capacidade técnica e financeira da OSC para executar o projeto pelo prazo de vigência, incluindo a previsão de contrapartida (quando aplicável). i) Capacidade Técnica: Atestados e Certificações que demonstrem experiência institucional em serviços congêneres. ii) Capacidade Financeira: Comprovação de saúde financeira e capacidade de mobilização de recursos (próprios ou de outras fontes).			
6. Sustentabilidade Técnica e Financeira (15)	0	Ausência de comprovação técnica ou financeira.	15
	1 a 5	Comprovação parcial ou insuficiente, com fragilidades que colocam a parceria em risco.	
	6 a 10	Capacidade técnica e financeira adequada, com algumas fragilidades (ex: pouca experiência formal na área específica).	
	11 a 15	Capacidade técnica e financeira plenamente comprovada e sustentável, com experiência prévia na execução do serviço específico (ILPI, PCD ou MSE).	
7. Experiência da OSC no SUAS (Comprovação) (Pontuação máxima: 10 pontos) a) Avalia a experiência comprovada da OSC na execução de serviços de Proteção Social Especial e o grau de aderência à política SUAS. i) Pontuar a experiência formal na execução do serviço pleiteado. ii) Comprovação de inscrição e regularidade nos Conselhos de Direitos e de Assistência Social (CMAS, CMDCA, CMDPI).			
7. Experiência da	0	Sem experiência comprovada ou com pendências nos Conselhos.	
	1 a 4	Experiência recente ou limitada, sem foco na	

5

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta - Caçapava – SP - CEP: 12. 282-400/Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

7	Comprovante de inscrição e situação cadastral do CNPJ.	Consta
8	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).	Consta
9	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), se houver, conforme Lei Complementar nº 187/2021 (para fins classificatórios)	Consta
10	Declaração de não contratação de menores de 18 anos;	Consta
11	Declaração do Representante Legal da OSC, da inexistência de impedimento de celebração da parceria	Consta
12	Declaração de que a OSC não foi penalizada com suspensão do direito de contratar com o poder público;	Consta
13	Declaração de que a OSC não possui registros impeditivos ativos nos cadastros oficiais: Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Consta
II. Documentação Fiscal e Contábil		
14	Certidão conjunta da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (CND)	Consta
15	Certificado de regularidade do FGTS (CRF)	Consta
16	Certidões negativas de débitos estaduais e municipais (incluindo ISS e IPTU)	Consta
17	Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, aprovadas pela assembleia.	Consta
18	Relatório de atividades do último exercício, compatível com o objeto da parceria.	Consta
19	Declaração do contador responsável (com CRC ativo).	Consta
III. Documentação Técnico-Operacional		
20	Plano de Trabalho, conforme Anexo III do edital.	Consta
21	Declaração formal que o estabelecimento onde será executado o serviço possuirá Licença Sanitária válida, expedida pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual, se for exigida para a natureza das atividades.	Consta
22	Declaração formal de que providenciará Alvará de Funcionamento junto à Prefeitura, referente ao local onde o serviço será prestado.	Consta
23	Declaração formal de que providenciará Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) vigente ou declaração formal de que o processo de regularização está em andamento, se ainda não emitido.	Não Consta
24	Declaração formal de que disporá de infraestrutura física adequada e acessível, compatível com o serviço ofertado e em conformidade com a legislação vigente de acessibilidade.	Consta
25	Declaração formal que contará com equipe técnica mínima exigida, conforme definido pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e normativas complementares da política de assistência social.	Consta
26	Declaração formal que fornecerá relação dos profissionais da equipe técnica (com cópias de diplomas e registros nos respectivos conselhos de classe).	Consta

7

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta - Caçapava – SP - CEP: 12. 282-400/Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Em reunião realizada nas datas de 16/12/2025 a 18/12/2025 na sala de reunião localizada na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, sito à Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava. A Comissão de Seleção, apresenta, com fundamento no item 11.4.6 do Edital 05/2025 a pontuação dos seguintes critérios, assim como identifica os documentos recebidos e ausentes:

Critério	Pontuação	Descrição do Nível de Atendimento	Pontuação Média	TOTAL
1. Metodologia SUAS e Adequação aos Marcos Regulatórios Específicos (Pontuação máxima 15):		a) Avaliar a coerência da proposta com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (CNAS nº 109/2009) e a aderência aos marcos legais do público-alvo (Estatuto da Pessoa Idosa/RDC 502/2021; LBI/PCD; ECA/SINASE). b) Deve-se considerar: i) A clareza e a profundidade das estratégias de elaboração e execução do Plano Individual de Atendimento (PIA) . ii) Estratégias de acolhimento e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. iii) Alinhamento com os objetivos e serviços dispostos no Edital. Critério Eliminatório: Propostas com nota zero neste critério, Metodologia SUAS, serão automaticamente desclassificadas.		
1. Metodologia SUAS e Adequação aos Marcos Regulatórios Específicos(15)	Proposta Eliminatória 0	Proposta incompatível com o SUAS, sem estratégias ou público definido, ou sem menção ao PIA.	11	
	Baixa Adequação 1 a 5	Coerência parcial, metodologia pouco clara ou incompleta. O PIA é apenas mencionado, sem detalhamento de elaboração e revisão.		
	Adequação Satisfatória 6 a 10	Boa adequação, mas com falhas no detalhamento das ações. O PIA é descrito, mas sem explicitar a articulação intersetorial ou o uso dos marcos regulatórios específicos.		
	Adequação Qualificada 11 a 13	Metodologia clara, adequada e alinhada ao SUAS. O PIA é detalhado em suas etapas (elaboração, execução, revisão trimestral) e demonstra articulação com a rede e os marcos regulatórios específicos (RDC 502/2021, LBI, SINASE).		
	Excelência Técnica 14 a 15	Metodologia completa, inovadora, totalmente alinhada às diretrizes do SUAS e dos Termos de Referência. O Plano Individualizado de Atendimento (PIA) é o eixo central e demonstra estratégias avançadas de		

9

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta - Caçapava – SP - CEP: 12. 282-400/Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

	11 a 15	e com dimensionamento comprovadamente adequado aos marcos legais (RDC 502/2021, SINASE).	
4. Metas e Indicadores de Resultado (Pontuação máxima: 15 pontos) a) Analisar a clareza, a viabilidade e o foco em resultados do Plano de Trabalho, com indicadores Específicos, Mensuráveis, Alcançáveis, Relevantes e Temporais. i) Metas alinhadas à redução de riscos e violação de direitos. ii) Inclusão de indicadores de resultado específicos (ex: % de idosos que mantêm autonomia; % de redução de reincidência de MSE; % de PIA revisados trimestralmente). iii) Mecanismos de monitoramento e avaliação consistentes.			
4. Metas e Indicadores de Resultados (15)	0	Metas e indicadores ausentes, irreais ou que não se relacionam com o objeto.	15
	1 a 5	Metas pouco claras, indicadores genéricos ou de atividade (não de resultado).	
	6 a 10	Metas definidas, mas com indicadores e prazos pouco detalhados. Foco em atividade, não em resultado.	
	11 a 15	Metas claras, prazos definidos, indicadores mensuráveis e monitoramento consistente, com foco em resultados (saída qualificada, autonomia, reinserção social).	
5. Proposta Orçamentária e Precificação Justificada (Pontuação máxima: 20 pontos) Avalia a adequação do orçamento à faixa de referência per capita de cada serviço, compatibilidade com o Termo de Referência e Plano de Trabalho, clareza e fundamentação técnica, com base Lei nº 13.019/2014. Art. 23 e 27, § 5º Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público. Critério Eliminatório: Serão desclassificadas as propostas que apresentarem: I Valor global superior ao limite estimado no edital, sem justificativa técnica compatível; II Valor per capita inferior à faixa de referência com risco à viabilidade do serviço, evidenciado na análise técnica.			
5. Proposta Orçamentária e Precificação Justificada (20)	0	Orçamento ausente ou incoerente; valores inviáveis.	6
	1 a 5	Orçamento genérico ou sem justificativa técnica. Despesas incompatíveis com as normas (ex: ausência de previsão de encargos).	
	6 a 10	Estrutura básica com inconsistências ou justificativas frágeis.	
	11 a 15	Orçamento bem estruturado, dentro da faixa de referência (ou justificado) e com justificativas	

11

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta - Caçapava – SP - CEP: 12. 282-400/Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

8. Articulação Intersetorial e de Rede (Pontuação máxima: 10 pontos)

a) Avaliar o plano de articulação da OSC com a rede socioassistencial e intersetorial, que é vital para o sucesso do PIA.

i) **ILPI/PCD:** Articulação com a Rede de Saúde (UBS, CAPS, Fisioterapia, fornecimento de medicamentos).

ii) **MSE:** Articulação com a Vara da Infância e Juventude, Educação e Conselho Tutelar.

iii) **Geral:** Articulação com CRAS e CREAS para acompanhamento familiar e inclusão em benefícios.

8. Articulação Intersetorial e de Rede (10)	0	Sem articulação com rede socioassistencial ou intersetorial.	10
	1 a 4	Articulação incipiente, pouco detalhada. Não diferencia a rede para cada público-alvo.	
	5 a 7	Boa articulação, com parcerias estabelecidas. Menciona os parceiros (Saúde, Justiça) mas sem plano operacional.	
	8 a 10	Articulação ampla, efetiva e bem descrita, com plano operacional de encaminhamentos e monitoramento da rede para cada público (idoso, PCD, adolescente).	

84

PARA FINS DE CELEBRAÇÃO – DOCUMENTAÇÕES

DOCUMENTAÇÃO		STATUS
I. Documentação Jurídica		
1	Cópia autenticada do Estatuto Social consolidado e registrado, com objeto compatível com o serviço de Comunidade Terapêutica (conforme Resolução CNAS nº 109/2009).	Consta
2	Ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório	Consta
3	Relação nominal dos dirigentes com número de CPF e RG.	Consta
4	Comprovante de inscrição ativa no Conselho Municipal de Assistência Social de Caçapava/SP, ou município de origem, provisoriamente	Consta
5	Comprovante de inscrição no CNEAS – Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social	Consta
6	Certidão de regularidade jurídica (registro civil ou junta comercial).	Consta
7	Comprovante de inscrição e situação cadastral do CNPJ.	Consta
8	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).	Consta
9	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), se houver, conforme Lei Complementar nº 187/2021 (para fins classificatórios)	Consta
10	Declaração de não contratação de menores de 18 anos;	Consta
11	Declaração do Representante Legal da OSC, da inexistência de impedimento de celebração da	Consta

13

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta - Caçapava – SP - CEP: 12. 282-400/Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Em conformidade com as análises acima, esta comissão finaliza a apreciação do recurso da OSC **CONVIVER - Associação Filantrópica Assistencial e Educacional para Pessoas com Necessidades Especiais.**

Sem mais a tratar, eu Emilly da Silva Marques Costa, na condição de membro da Comissão de Seleção dos Projetos Socioassistenciais, redigi esta Ata em que após lida segue assinada pelos membros presentes.

Caçapava, 18 de Dezembro de 2025.

Lígia Fernandes Fonseca Azevedo*

Daniella Santos Moraes

Aline Medrado Gentil de Souza

Emilly da Silva Marques Costa

obs* = Ausência justificada por motivos de licença médica.

15

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta - Caçapava – SP - CEP: 12. 282-400/Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**ATA DO PARECER FINAL****EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2025**

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, por meio da Comissão de Seleção dos Projetos Socioassistenciais instituída pela **Portaria Nº 84/GAB de 08 de Outubro de 2025** no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Tornar público o parecer final da análise do Plano de Trabalho e da Documentação apresentada pelas Organizações da Sociedade Civil:

- **APAE DE CAÇAPAVA - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caçapava;**
- **CONVIVER - Associação Filantrópica Assistencial e Educacional para Pessoas com Necessidades Especiais;**

Tornar público o resultado final da análise do Plano de Trabalho e da Documentação apresentada pelas Organizações da Sociedade Civil, visando a celebração do termo de Colaboração que tenha por objeto o serviço o Centro-Dia para Pessoas com Deficiência (PCD) e suas Famílias, conforme Edital de Chamamento Público nº 05/2025, Processo Administrativo nº 8087/2025. O objeto prevê a execução do serviço socioassistencial no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade, com capacidade para 147 (cento e quarenta e sete) vagas, destinado à prestação continuada de atendimento, convivência e apoio a pessoas com deficiência e seus cuidadores, considerando a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), a Lei nº 13.146/2015 (LBI), e os Termos de Referência e Plano de Trabalho específicos, garantindo ações de habilitação, reabilitação, promoção da autonomia, suporte à família e aos cuidadores, observando articulação e intersetorialidade com a rede socioassistencial, saúde, educação, e demais serviços, em conformidade com o Edital.

DA PROPOSTA APROVADA:

O Serviço de Centro Dia PCD é classificado na Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSEMC) da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS no 109/2009). É um serviço não-residencial, oferecido em período diário, que deve funcionar no mínimo 5 dias por semana, e por um período de até 10 horas diárias, incluindo o horário do almoço, conforme as orientações técnicas do SUAS, o referido serviço tem como finalidade oferecer cuidados pessoais, apoio à autonomia e convivência social em período diário, prevenindo o isolamento da PCD e reduzindo a sobrecarga dos cuidadores.

DO PERÍODO DA PARCERIA:

- Total de vagas: 147 vagas para Centro Dia PCD - Podendo ser distribuídas entre mais de

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta - Caçapava – SP - CEP: 12. 282-400/Tel. (12) 3655-6191

1

